



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GTO/DREX/SR/PF/ES

ESTUDO PRELIMINAR

Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022

Processo nº 08285.008066/2025-77

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de aquisição de artigos e acessórios policiais de emprego tático (Kit arrombamento e outros) para atendimento das Delegacias e dos Grupos Táticos da Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES e suas demais unidades descentralizadas.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A aquisição de kits de arrombamento tático é essencial para atender às demandas operacionais das unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo (SR/PF/ES), especialmente o Grupo de Pronto Intervenção (GPI), a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), as Delegacias descentralizadas de Cachoeiro do Itapemirim e São Mateus, bem como o Grupo Tático Operacional (GTO), responsável pela gestão do material tático no âmbito da SR/PF/ES.

2.2. Essas unidades executam rotineiramente mandados judiciais que exigem entrada forçada, como busca e apreensão, prisões em flagrante e operações táticas de enfrentamento a organizações criminosas. Cada unidade realiza, em média, de 6 a 10 operações mensais que podem demandar o uso de equipamentos específicos de arrombamento, como aríetes, ferramentas tipo *hooligan*, alicates, marretas, mochilas táticas, escadas telescópicas e macas de extração.

2.3. A demanda é urgente tanto em Delegacias operacionais (DRE e FICCO) como nas demais delegacias, mas em especial para o Grupo de Pronto Intervenção (GPI). Por se tratar de grupo tático que justamente atua em situações de risco diferenciado, a ausência dos aludidos kits de arrombamento põe em risco a atividade policial em si e também a segurança dos policiais. As delegacias possuem equipamentos antigos e ultrapassados para sua utilização, muito além da necessidade dos setores no cumprimento dos Mandados de Busca e Apreensão e Mandados de Prisão.

2.4. O panorama atual é urgente, uma vez que o Órgão possui poucos aríetes e quando existem são de produção artesanal, com peso e material inadequado, bem como marretas e alicates corta corrente adaptados da construção civil. Não há a ferramenta denominada HALLIGAN (a alavanca Halligan possui uma extremidade com ponteira perfurante, haste chata para alavancas e superfície para martelar. E outra extremidade com “cunha” tipo pé de cabra e encaixe, chamada de forma equivocada de HOOLIGAN por algumas empresas), considerada de extrema necessidade em aberturas manuais de portas, portões e assemelhados.

2.5. Outrossim, não há disponível também mochila de transporte para os referidos equipamentos, fato que prejudica o transporte dos materiais aos locais de operação, e, por consequência, a eficiência e a velocidade do deslocamento das equipes policiais.

2.6. A vida útil estimada de cada kit, considerando uso moderado a intenso, é de aproximadamente 5 anos. A aquisição dos kits de arrombamento garante cobertura operacional adequada, reduz o tempo de resposta nas ações, aumenta a segurança dos agentes envolvidos e evita a necessidade de deslocamento de equipamentos entre as unidades, o que contribui para a preservação da integridade física

dos materiais e para o aumento de sua durabilidade.

2.7. Além dos kits e ferramentas citados, o GPI também não possui escada telescópica de alumínio, de utilização tática para superar obstáculos e realizar a transposição das equipes responsáveis pelo cumprimento de mandados de busca e apreensão, entre outras atividades diferenciadas de Polícia Judiciária que exija transpor muros, janelas altas, etc e demais barreiras à atuação policial. No mesmo sentido, as demais unidades ou não possuem a escada ou possuem em quantidade insuficiente.

2.8. Ainda para a composição ideal de um kit de equipamentos para o deslocamento e a atuação mais efetivos dos grupos operacionais, acrescenta-se que, em relação aos materiais do GPI, necessária aquisição de maca maleável portátil para transporte de feridos em caso de necessidade de extração incomum.

2.9. Diante da natureza crítica das missões da Polícia Federal, a padronização e pronta disponibilidade desses equipamentos são fundamentais para garantir a efetividade, agilidade e segurança nas ações policiais. A medida está alinhada com os objetivos estratégicos definidos no Plano Estratégico da Polícia Federal 2024–2027 e com as diretrizes do Projeto de Transformação Organizacional PF 80, que visam o fortalecimento da capacidade operacional e a modernização dos recursos empregados no enfrentamento à criminalidade organizada.

2.10. A aquisição proposta está de acordo com os objetivos estratégicos definidos no **Plano Estratégico da Polícia Federal 2024–2027**, especialmente no que tange ao **Objetivo Estratégico 1: Enfrentar a criminalidade com eficiência**, que estabelece como prioridade institucional o aprimoramento da capacidade operacional da PF no enfrentamento à criminalidade, com ênfase na celeridade e resolutividade das ações policiais. A disponibilização de equipamentos táticos adequados é essencial para garantir a segurança dos policiais e a eficácia das operações, sobretudo em ações de cumprimento de mandados, resgates e intervenções em ambientes de difícil acesso.

2.11. A aquisição dos referidos equipamentos contribuirá diretamente para a formação de uma **Polícia do futuro, moderna e inovadora**, conforme previsto no **Objetivo Estratégico 4** do Plano Estratégico, ao promover a atualização dos recursos táticos disponíveis e a melhoria das condições de trabalho dos servidores envolvidos em ações de alto risco.

2.12. Dessa forma, a contratação ora proposta é imprescindível para garantir a efetividade das ações policiais, a segurança dos operadores e o cumprimento da missão institucional da Polícia Federal de **defender a sociedade e a Constituição Federal, enfrentando a criminalidade e preservando o Estado Democrático de Direito**.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Grupo de Treinamento Operacional - GTO/DREX/SR/PF/ES.

3.2. **Responsável:** Euler Mota Alvarenga

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.1.1. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.1.1.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV - outras formas vedadas pelo poder público

4.2. A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

4.2.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.2.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)*, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. Ainda não foi publicado o Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4.4. Não foram localizados materiais servíveis em consulta prévia ao site governamental <https://doacoes.gov.br> na busca não onerosa de bens visando otimizar a gestão do recurso público com consumo consciente e sustentável.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, características ou modelos.

4.6. Com base no art. 41, I, da Lei 14.133/2021, foram indicadas marcas para servir de referência, como parâmetro de qualidade, para facilitar a descrição do objeto a ser licitado, acompanhada, todas as vezes, da expressão "ou similar".

4.7. O intuito da indicação de marcas é o fornecimento de equipamentos de boa reputação, excelente qualidade, alta durabilidade e bom desempenho, reconhecidos no mercado. Nesse sentido, será vedada a oferta de protótipos, de bens produzidos e/ou comercializados em desacordo com as normas nacionais e internacionais, que sejam falsificados e/ou de procedência duvidosa, que sejam inadequados ao emprego em atividades policiais, que não tenham passado pelo controle de qualidade, que não sejam validados pelos órgãos competentes, que possam causar acidentes, diminuir o uso e principalmente, comprometer a saúde e a segurança dos policiais.

4.8. Também é objetivo da indicação de marcas a seleção de equipamentos que detenham mínima rede de assistência técnica e garantia, que possibilitem rápido acesso a serviços de manutenção e reparo, e cujas peças de reposição (caso necessárias) sejam amplamente comercializadas.

4.9. Por fim, é previsível a aceitação de outras marcas, sendo facultada à Administração, nesse caso, exigir que a empresa participante do certame comprove desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a de referência, quando, então, serão aceitas de fato sem restrições.

Subcontratação

4.10. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

- a) o pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto;
- b) haverá previsão de sanção para a situação de inexecução do objeto;
- c) tratando-se de fornecimento não há responsabilização subsidiária da administração pelo inadimplemento dos encargos sociais e trabalhistas, como ocorre nos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;
- d) não haverá pagamento antecipado; e
- e) aumenta o custo da licitação.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.12. Com exceção do item 1 (kit arrombamento) cujo valor total é de R\$ 102.163,73 todos os itens serão destinados à participação exclusiva de ME e EPP, uma vez que seus valores são menores que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do inciso I, do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015.

4.13. Ademais, não será criada Cota Reservada de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto do item 1 para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista o que dispõe os artigos 48, III e 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006 e os artigos 8º e 10, II, do Decreto nº 8.538/2015.

4.13.1. Isso porque entende-se que a criação de cota reservada causaria prejuízo para o conjunto do objeto a ser adquirido, já que a aquisição de itens distintos - eventualmente fornecidos por diferentes empresas - ocasionaria a falta de padronização dos kit's a serem distribuídos aos diversos setores da SR/PF/ES.

4.13.2. A falta de padronização gera a possibilidade de redução da eficiência operacional dos equipamentos adquiridos, com o treinamento para o manuseio, bem como dificuldades operacionais com assistência técnica. Ademais, não é vantajosa para a Administração a reserva de itens e a criação de cota reservada para ME e EPP, já que diminui o poder de negociação, afeta a economia de escala e afasta a participação de empresas de grande porte que atuam no ramo da atividade.

Margem de Preferência

4.14. Durante a elaboração do planejamento da contratação, não foram localizados atos normativos que viessem a estabelecer margens de preferência para os materiais objeto da presente aquisição.

Demais requisitos da contratação

4.15. Os requisitos técnicos dos equipamentos estão descritos no Anexo I do ETP - Especificações Técnicas.

4.16. Tratando-se de marca diversa das marcas utilizadas como referência e a critério da área técnica poderá ser exigido laudo técnico que comprove as exigências solicitadas no Anexo I do ETP.

4.17. Será **vedada a participação de empresas reunidas em consórcio**, uma vez que a formação de consórcio, em regra, é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital (Acórdão TCU nº 1316/2010), não sendo este o caso para esta contratação. A participação de empresas reunidas em consórcio poderia, no caso concreto, restringir a competição, uma vez que a reunião de empresas reduziria o número de licitantes que poderiam competir entre si.

4.18. Será **vedada a participação de pessoa física**, uma vez que a contratação é incompatível com a exigência de estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico prevista para a execução do objeto, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021.

4.19. **Não serão exigidos os requisitos de qualificação econômico-financeira** com fulcro no

art. 70, III da Lei 14.133/2021 uma vez que será prevista a entrega imediata dos bens objeto da presente aquisição bem como por tratar-se de bens de valor baixo afastando o risco de descumprimento de obrigações por parte das empresas contratadas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Em atendimento ao disposto no Art. 44 da Lei 14.133/2021, foram pesquisadas no mercado e em outros órgãos e entidades soluções diversas para a demanda, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e aos requisitos apresentados no presente estudo. Não foram identificadas hipóteses de locação dos bens objeto da presente aquisição, ocasião em que pode-se confirmar que a compra é a única solução viável e vantajosa à Administração Pública.

5.2. Durante o levantamento de mercado realizado pela equipe de planejamento, foram identificados dois diferentes modelos de contratações utilizados pelos órgãos públicos para aquisição de ferramentas de uso tático/policial para arrombamento:

5.2.1. Aquisição de itens avulsos.

5.2.2. Aquisição do kit arrombamento completo já comercializado por empresas do ramo.

5.3. Por tratar-se de itens de uso policial/militar nem todos os itens pretendidos nesta aquisição possuem preços disponíveis na internet para rápida pesquisa, de modo que foram necessários encaminhamentos de pedidos de orçamento por e-mail para as empresas do ramo.

5.4. Na tentativa de obter uma compra mais vantajosa e equipamentos de qualidade superior buscou-se inicialmente o mercado, por intermédio de empresas especializadas, para cotação de preços de itens avulsos para composição de um kit mais completo que fosse composto de 4 ferramentas: alavanca, aríete de 1 alça, alicate e marreta além da mochila de transporte desses elementos.

5.5. Neste contexto foram encaminhados e-mails para aproximadamente 43 empresas (conforme consta no documento 142652916) para cotação de preços de itens avulsos. Apenas foram obtidas respostas de duas empresas, pois nem todas comercializam mochila de transporte para as quatro ferramentas objeto da presente aquisição.

5.6. Com esta observação, optou-se por realizar a presente compra por aquisição do kit de arrombamento completo onde possibilita-se a composição de todos os itens citados, inclusive afastando a possibilidade de aquisição de uma mochila de transporte por empresa diversa da que comercializaria as ferramentas, ocasião em que resultaria na possibilidade de obter uma mochila cuja capacidade de transporte ou características técnicas não fossem adequadas para composição de um kit com facilidade de traslado, objetivo primordial da presente aquisição.

5.7. Considerou-se também que o próprio catálogo de compra de materiais do Governo Federal, possui código próprio para aquisição do kit completo, sendo esta a forma mais comum das aquisições públicas deste tipo de ferramenta de uso tático.

5.8. Com base nisto, foram observadas diversas compras públicas recentes de órgãos policias e táticos correlatos em que utilizou-se esta metodologia de compra por kit completo, entre elas:

5.8.1. Pregão 90074/2025 - UASG 180168 - Comando de Policiamento de Choque - PMESP;

5.8.2. Pregão 90026/2025 - UASG 180155 - Comando de Policiamento do Interior Um - PMESP;

5.8.3. Dispensa 129/2025 - UASG 200601 - Fundo Penitenciário Nacional - Penitenciária de Catanduvas ; e,

5.8.4. Dispensa Eletrônica 90004/2025 - UASG 180354 - ESP-1.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL.

5.8.5. Em processo não tão recente observou-se que, internamente, Superintendências da Polícia Federal utilizaram também o formato proposto (Processo SEI 08452.004202/2022-38 da Delegacia de Passo Fundo - RS).

5.9. Apesar disto, verificou-se que o kit mais comum comercializado era composto apenas por 3 ferramentas: alavanca, aríete de 1 alça e alicate.

5.10. Após nova consulta ao mercado verificou-se que as empresas do ramo podem adequar o kit com 3 ou 4 ferramentas, conforme opção do contratante.

5.11. A equipe de planejamento não vislumbra a aquisição de um kit completo onde não esteja presente a ferramenta denominada marreta de arrombamento, ocasião em que optou-se por realizar orçamentos junto ao mercado de um kit completo composto pelas 4 ferramentas julgadas essenciais.

5.12. Assim, considerando a busca da solução apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso considerando o ciclo de vida dos objetos, nos termos do Art. 11, Inciso I, da Lei n. 14133/2021, pela necessidade da permanência, e pelo princípio da padronização, apresenta-se como mais viável a aquisição dos kits completos de arrombamento e com aquisição individualizada dos demais itens de uso tático.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Conforme levantamento, a solução é a aquisição de kits de arrombamento tático e itens correlatos (aríete de duas alças, escada telescópica e maca de resgate), que se trata de bens comuns, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. Sendo assim, deverá ser adotada aquisição por meio de Pregão Eletrônico com fulcro no art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

6.2. O objeto, portanto, não se enquadra na categoria de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021 do Governo Federal.

6.3. Foi constatada ampla disponibilidade dos modelos desejados no mercado nacional, com diversos fornecedores habilitados e prazos de entrega compatíveis com as necessidades operacionais dos setores operacionais da SR/PF/ES. Diante disso, o critério de julgamento mais adequado é o de menor preço, desde que observadas rigorosamente as especificações técnicas mínimas necessárias ao uso tático, conforme definidas neste Estudo em seu Anexo I.

6.4. A escolha da solução considerada mais adequada foi baseada em critérios tais como:

6.4.1. Reconhecimento no segmento tático e uso consolidado por forças de segurança pública e defesa;

6.4.2. Estrutura robusta com materiais resistentes a impacto, abrasão e intempéries;

6.4.3. Presença de fornecedores com rede de suporte técnico nacional e histórico de fornecimento a órgãos públicos.

6.5. Exigência de amostra: não

Prazo de entrega e local

6.6. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor.

6.6.1. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.6.2. O prazo poderá ser prorrogado após solicitação formal do fornecedor mediante justificativa razoável que deverá ser analisada e aceita pela contratante.

6.6.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, localizado na Rua Delegado Federal Geraldo Guimarães, 01 - São Torquato, Vila-Velha - ES CEP 29114-105.

6.6.4. O horário de entrega é das 08h às 16h, em dias úteis.

Atividade de custeio

6.7. Trata-se de atividade de custeio nos termos do Decreto 10.193/2019 cujo valor máximo da contratação é R\$ **R\$ 111.670,62** sendo que a autorização é do Senhor Superintendente Regional na condição de Ordenador de Despesas (Portaria Limites e Instâncias de Governança).

6.8. Nos termos do art. 2º, V, da Portaria ME nº 7.828/2022, consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193 /2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como a aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A quantidade a ser adquirida está discriminada por especificação técnica e por grupo ou delegacia conforme justificativas abaixo:

7.2. **GPI - Grupo de Pronta Intervenção:** Para o GPI/ES, Grupo tático da SR/PF/ES o quantitativo estabelecido possibilitará a atuação com duas equipes simultaneamente:

02 (dois) KIT's compostos por:

ARÍETE DE UM ALÇA,

ALAVANCA (HALLIGAN),

ALICATE CORTA CORRENTE,

MARRETA DE ARROMBANTO,

MOCHILA DE TRANSPORTE que deverá ter capacidade de transporte de pelo menos 3 dos itens descritos acima.

Além do kit se faz ainda necessária a aquisição de

02 (duas) MACAS MALEÁVEIS COM PORTA MACA.

01 (UMA) ESCADA TELESCÓPICA - Mínimo 13 degraus

Como atua em situações extremas, o Grupo entende necessária a aquisição de um Aríete de duas alças, mais pesado que será utilizado por operador habilitado em curso de Abertura Tática em portas ou assemelhadas de maior peso, blindagem ou qualquer outra dificuldade estrutural para rompimento.

01 (um) ARÍETE DE DUAS ALÇAS

7.3. **GTO - Grupo Tático Operacional:** O GTO é o responsável pela gestão dos equipamentos táticos na SR/PF/ES. Por essa razão, o Grupo precisa dispor de material para acautelamento que será utilizado por delegacias cuja atividade de cumprimento de mandados é mais previsível, não sendo razoável, portanto, a aquisição de kits individuais para cada delegacia que compõe a SR/PF/ES.

Desta forma o quantitativo previsto para este Grupo é de 2 (dois) Kit's compostos por:

ARÍETE DE UM ALÇA,

ALAVANCA (HALLIGAN),

ALICATE CORTA CORRENTE,

MARRETA DE ARROMBANTO,

MOCHILA DE TRANSPORTE que deverá ter capacidade de transporte de pelo menos 3 dos itens descritos acima.

Além do kit se faz ainda necessária a aquisição de

01 (uma) MACA MALEÁVEL.

01 (uma) ESCADA TELESCÓPICA

Cor Preta

7.4. **DRE E FICCO:** Por se tratarem de setores peculiares é razoável que também tenham esse tipo de material em pronto emprego, em patrimônio próprio, pois podem precisar de utilização com urgência, especialmente flagranciais, em situações que envolvem facções de tráfico de droga e ações criminosas de alto risco. Para essas unidades, está prevista a aquisição de um kit completo para cada setor

(ARÍETE DE UM ALÇA, ALAVANCA (HALLIGAN), ALICATE CORTA CORRENTE, MARRETA DE ARROMBANTO, MOCHILA DE TRANSPORTE)

02 KIT's COMPLETOS (cor preta)

01 (uma) ESCADA TELESCÓPICA para cada setor

Cor preta

7.5. CIT/SR/PF/ES e SMT/SR/PF/ES

Por fim, as unidades do interior, por razões óbvias, não possuem disponibilidade de acautelamento rápido dos equipamentos junto ao GTO para todas as vezes que foram desencadear uma operação policial ou deslocar-se para alguma situação emergencial. Logo, é necessário que possuam equipamentos próprios, sendo sugerido um kit completo para cada uma das unidades descentralizadas, bem como uma escada telescópica.

7.6. Em resumo:

Descrição/Especificação	GPI	GTO	DRE	FICCO	SMT	CIT	TOTAL
Alavanca (Halligan ou Hooligan)	2	2	1	1	1	1	8
Aríate de 1 alça	2	2	1	1	1	1	8
Aríate de 2 alças	1						1
Alicate corta corrente	2	2	1	1	1	1	8
Marreta de arrombamento	2	2	1	1	1	1	8
Mochila de transporte de kit	2	2	1	1	1	1	8
Escada Telescópica Multifuncional	1	1	1	1	1	1	6
Maca maleável com porta maca cor preta	2	1					3

8. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Foi realizada a pesquisa de preços, com a finalidade de definir o valor de referência para os itens, em observância ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

8.2. O detalhamento dos valores, método estatístico e a compilação de informações estão descritos na Nota Técnica da Pesquisa de preços (142674032) e compilado no Mapa Comparativo de Preços (142653098) que resultaram nos valores unitários abaixo discriminados:

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
-------------	--------------------------------	---------------	--------------------------	-------------------	-----------------------	--------------------

Item	Descrição/Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Kit arrombamento composto por Alavanca, aríete de 1 alça, alicate corta corrente, marreta, mochila de transporte - cor preta (conforme especificações técnicas)	624182	Unidade	8	R\$ 12.770,47	R\$ 102.163,73
2	Aríete de 2 alças - cor preta (conforme especificações técnicas)	603787	Unidade	1	R\$ 4.785,00	R\$ 4.785,00
3	Escada Telescópica - Mínimo 13 degraus (conforme especificações técnicas)	619440	Unidade	6	R\$ 618,06	R\$ 3.708,35
4	Maca de resgate maleável com porta maca - cor tan ou multicam (conforme especificações técnicas)	624506	Unidade	3	R\$ 337,84	R\$ 1.013,53
TOTAL						R\$ 111.670,62

Publicidade do Orçamento

8.3. A Administração não adotou o Orçamento Sigiloso. A opção pela divulgação do orçamento tem por finalidade garantir a observância do princípio da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa, da transparência e da publicidade, por meio do conhecimento do preço de referência e dos critérios de aceitabilidade de preços por parte de todos os licitantes.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Princípio do parcelamento

9.1. De acordo com o art. 40, V, *b* da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), as compras atenderão ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. No caso em tela, o parcelamento do objeto em itens se mostra tecnicamente viável e não representa perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU), bem como visa a ampliação da concorrência e economicidade do contrato.

Princípio da padronização

9.2. As licitações também atenderão ao princípio da padronização, conforme art. 47, I, da Lei nº 14.133/2021, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho. Em consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogoeletronico-de-padronizacao/catalogo-eletronico-de-padronizacao>), no dia 24/09/2025, identificou como itens padronizados apenas "Água mineral natural, sem gás" e "Café e açúcar", não sendo identificada a padronização para os itens objeto desta contratação.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não foram encontradas contratações correlatas e/ou interdependentes, uma vez que a demanda da aquisição dos bens objeto desta aquisição se bastam.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A aquisição proposta está de acordo com os objetivos estratégicos definidos no **Plano**

Estratégico da Polícia Federal 2024–2027, especialmente no que tange ao **Objetivo Estratégico 1: Enfrentar a criminalidade com eficiência**, que estabelece como prioridade institucional o aprimoramento da capacidade operacional da PF no enfrentamento à criminalidade, com ênfase na celeridade e resolutividade das ações policiais.

11.2. A disponibilização de equipamentos táticos adequados é essencial para garantir a segurança dos policiais e a eficácia das operações, sobretudo em ações de cumprimento de mandados, resgates e intervenções em ambientes de difícil acesso.

11.3. A aquisição dos referidos equipamentos contribuirá diretamente para a formação de uma **Polícia do futuro, moderna e inovadora**, conforme previsto no **Objetivo Estratégico 4** do Plano Estratégico, ao promover a atualização dos recursos táticos disponíveis e a melhoria das condições de trabalho dos servidores envolvidos em ações de alto risco.

11.4. Os Itens a serem licitados estão devidamente registrado no PGC da UASG e vinculados à contratação nº 200352 - 06/2025 - DFD 25/2024. (142245251).

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Como resultado a ser alcançado com a presente contratação, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, almeja-se a adequação das condições de atuação dos policiais da Superintendência Regional da Polícia Federal, visando, especialmente, garantir a segurança do efetivo e pronto cumprimento das medidas restritivas alçadas em mandados de busca e/ou prisão.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Para essa contratação a Administração deverá adotar providências para a guarda dos equipamentos em local seguro e de fácil acesso para o uso em situações emergenciais.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Para esta contratação foram previstos critérios e práticas de sustentabilidade, a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Diante do exposto neste Estudo e por haver previsão no Plano Anual de Contratações desta SR/PF/ES, existindo disponibilidade orçamentária, é declarada **viável** a contratação.

16. RESPONSÁVEIS

16.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

16.2. A Equipe de Planejamento da Contratação:

EULER MOTA ALVARENGA

Escrivão de Polícia Federal

Integrante Técnico

LUIZ GUSTAVO SUEIRO CALIARI

Agente de Polícia Federal

Integrante Técnico

THUANE BROEDEL ANDRADE

Escrivã de Polícia Federal

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **EULER MOTA ALVARENGA, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 30/10/2025, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ GUSTAVO SUEIRO CALIARI, Agente de Polícia Federal**, em 30/10/2025, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 30/10/2025, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143266304&crc=60E9B3F9)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143266304&crc=60E9B3F9](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143266304&crc=60E9B3F9).

Código verificador: **143266304** e Código CRC: **60E9B3F9**.